



“Visivelmente, a Lava Jato escolheu alvos e excluiu outros.”

Guilherme Boulos

COLUNISTA DA “FOLHA DE S. PAULO”

Analisando as ações do juiz Sérgio Moro

“Hoje, o que é ruim para Dilma e Lula é bom para o Brasil.”

Sérgio Malbergier

JORNALISTA

Sobre o difícil momento dos petistas

Mulheres repudiaram o bordão “rainha do lar e escrava do marido”

Gilda de Castro

Antropóloga
www.gildadecastro.com.br

Pequena história sobre rebeldia feminina

A dominação masculina tem se sustentado em premissas de que os homens são mais fortes, competentes e dinâmicos, embora as diferenças físicas não impliquem desigualdade na capacidade cognitiva entre os sexos. O equilíbrio nas potencialidades biopsíquicas mostra que a dissonância nas relações de gênero resulta de modelos culturais decorrentes de interpretações subjetivas sobre a realidade biológica.

As mulheres reconhecem que a maternidade interfere em seu trabalho alheio ao ambiente doméstico, mas não aceitam os argumentos para definição de papéis sociais, por-

que eles acarretam discriminação de oportunidades e negação de cidadania plena. Querem equidade de direitos e deveres, embora sofram críticas pelo abandono do modelo tradicional de esposa/mãe. Não desistem, porque sua história está pontilhada pela humilhação e pela expropriação inerente à submissão econômica, política e simbólica.

A opressão masculina surgiu com a revolução agrícola, quando os homens perceberam a ascendência feminina no processo reprodutivo, pois a esposa poderia transformar filhos de outro homem em herdeiros de seu patrimônio. Criaram, então, normas rígidas e formula-

ram discursos sobre a mulher como ser perigoso. O Talmud mostra a história de Lilith, que abandonou o marido e compactou com satânas para desafiar Deus. Os cristãos aprendem que Eva se deixou vencer pela serpente e levou o marido a comer do fruto proibido, provocando a expulsão do paraíso.

Muitas mulheres desafiaram a autoridade masculina e os preceitos religiosos, porque queriam romper a barreira da ignorância e garantir sua autonomia. As parteiras sofriram mais perseguição, porque conheciam propriedades terapêuticas de plantas, criavam rituais mágicos e inventavam métodos contracepti-

vos. Logo, poderiam também provocar aborto, promover esterilidade, acobertar mulheres adúlteras e praticar feitiçaria. Usando analgésicos e calmantes para aliviar as contrações uterinas, elas contrariavam o preceito bíblico de que o parto com dor era expiação do pecado de Eva, e isso seria uma atitude herética.

A história registra vários casos sobre rebeldia feminina. Agnódice vestiu-se de homem para assistir a conferências médicas, em Atenas; foi levada a julgamento, provocando mobilização popular em sua defesa. Hipácia (370-415 A. D.) era matemática, astrônoma e filósofa neoplatônica. Foi linchada por cris-

tãos fanatizados pelo patriarca Cirilo de Alexandria, porque era pagã e mulher “sábida”.

As brasileiras não participavam de decisões privadas nem públicas. Os pais eram inflexíveis com as filhas e transferiam sua autoridade para os genros, para que a família não fosse desonrada por adultério, dissolução do casamento ou profissionalização. Pairavam ameaças de ostracismo ou assassinato. Em meados do século XX, muitas mulheres foram para a universidade, repudiaram o bordão “rainha do lar e escrava do marido” e assumiram múltiplas tarefas, mas ainda sofrem insidiosa opressão.

Livro ignora a diversidade indígena

Beto Vianna

Linguista
btvianna@gmail.com

O país precisa de reformas urgentes

Marcos Tito

Advogado; ex-deputado federal
marcostitoadvogados@gmail.com

Riscados do mapa

Primero, fiquei entusiasmado: o Instituto Socioambiental lança o livro “Mirim: Povos Indígenas no Brasil” (2015), para crianças. Achei a ideia brilhante, fiz propaganda e comprei três exemplares. Triste decepção. O livro, bem-escrito e lindamente ilustrado, perpetua a história da carochinha de que a única forma de ser índio é viver na floresta e falar uma língua originária. Tirando uma paginazinha sobre os pankararus (e justo numa seção chamada “Vivendo na Cidade”, o que já diz tudo), o livro apaga a história e o presente dos índios do Nordeste e de Minas Gerais.

Onde estão os pankararés da Bahia, os canindés do Ceará, os 12 mil xukurus de Pernambuco, os xokós de Sergipe, os krenaks de Minas Gerais e dezenas de outras etnias do sertão, do Cerrado mineiro e do vale do São Francisco? Que mal fizeram para serem escondidos pelo Instituto Socioambiental? O livro, destinado aos olhos curiosos das crianças de todo o Brasil, nunca soube e nunca viu. Na-

da sobre os povos que vivem fora da Amazônia legal e do Xingu, a não ser os guaranis, mais populares e politicamente relevantes para a “intelligentsia” nacional. Desde quando, para ser índio, é preciso falar a língua original? (e por acaso alguém fala?)

Trezentos mil índios mineiros e nordestinos, com suas culturas próprias (mesceladas e dinâmicas como toda cultura), dançadores do toré, frequentadores do ritual do Ouricuri, conhecedores dos poderes místicos da Jurema, desmancharam-se no ar em um livro que tinha tudo para deitar e rolar na diversidade dos modos brasileiros de viver. A parte sobre educação e língua materna é uma piada pronta e de mau gosto. Índios nordestinos, senhores estudiosos, não precisam aprender português, pois essa é a sua língua materna!

Não faltam antecedentes para a seletividade étnica do Instituto Socioambiental. A invisibilidade forçada é a história da política dos brancos para os povos indígenas dessas regiões e o motivo de sua atual situação, obrigando-os a lutar não só para sobreviver, mas para serem reconhecidos como etnias plenas. É irônico um instituto com um histórico de defesa da questão indígena, com tantos antropólogos trabalhando lá dentro ou ao seu lado, contribuir para a invisibilidade de povos indígenas. Irônico, mas não surpreendente. O grosso do pensamento indigenista no Brasil sempre teve esse caráter excludente.

O apagamento de povos inteiros e a manutenção do preconceito e da cegueira são falhas graves em um livro para o público infantil. Crianças do Sul vão continuar achando que só tem um jeito de ser índio. Crianças do agreste e do sertão vão continuar a olhar para seus vizinhos “caboclos” com o desprezo de sempre. Torço para que o Instituto Socioambiental reconheça a bobagem que fez e recolha essa publicação ou que, ao menos, o MEC não adote nas escolas esse manual retrógrado de indianidade ideal. Nossas crianças merecem saber que o mundo é muito mais rico.

A falência das instituições

A Constituição de 1988, sob a liderança do deputado Ulysses Guimarães, deu uma grande contribuição para estabilizar a democratização do país após a ditadura militar de 1964, que causou inúmeros prejuízos à nação, deixando um legado de grandes perdas para as nossas instituições, quando direitos foram lesados e foram cometidos crimes contra as pessoas, como torturas e mortes nas masmorras e cassações de mandatos populares sem direito a defesa; a Constituição foi rasgada, e suas páginas só são comparáveis à vergonha da história da escravidão negra.

Nossas instituições merecem reformas, senão vejamos.

A legislação penal está ultrapassada, pois o Código Penal e o Código de Processo Penal são de 1940 e 1944, respectivamente, merecendo serem atualizados.

Hoje, o Brasil ostenta estatísticas de 50 mil homicídios por ano, com 150 execuções diárias. É o segundo país nas Américas em mortes causadas por balas perdidas!

O Legislativo permanece

inerte e não toma a iniciativa de fazer essas reformas. Em Minas Gerais, que tem território maior que o da Bélgica e o da França, com 853 municípios e 296 comarcas judiciais, quase cem localidades estão desprovidas de juízes titulares, prejudicando a prestação jurisdicional. Em muitos Estados da Federação existe essa situação.

O país necessita de uma reforma política, pois não podemos conviver com a existência de inúmeras legendas de aluguel, que nascem a cada dia, totalizando 35 partidos registrados no TSE.

Entre as reformas a serem propostas está a da metodologia de apuração de votos para consagrar os eleitos. Não tem cabimento senadores sem votos ocuparem vagas depois que os titulares morreram ou renunciaram para disputar outro mandato. Caso típico em Minas Gerais, onde suplentes sem voto ocuparam as vagas de Eliseu Resende, Itamar Franco e Hélio Costa.

Outra mudança reclamada se refere ao chamado “voto de legenda”, pelo qual muitos candidatos se elegem

com a soma dos votos de outros! Isso constitui uma violação da vontade popular! Devem ser eleitos os mais votados, independentemente do partido a que estão filiados!

A coincidência nas eleições é outro aspecto que precisa ser reformulado, evitando a sua realização de dois em dois anos, tendo em vista os elevados custos para o Tesouro nacional.

O Brasil precisa também fazer um processo de saneamento dos seus gastos inúteis e supérfluos para que haja recursos para a educação, saúde e obras de infraestrutura.

É preciso limitar o número exagerado de municípios, secretarias estaduais e órgãos públicos, que não trazem benefícios para a população e sugam os cofres públicos. É preciso, pois, uma ampla auditoria nos Três Poderes, nas esferas federal, estadual e municipal, para reduzir gastos supérfluos.

Essas são algumas ideias para reformas a serem feitas para termos um Brasil melhor!

O TEMPO

ENDEREÇOS

Sede Comercial
Rua Pernambuco, 712 - Funcionários
Belo Horizonte - MG - CEP 30.130-151
Fone (31) 2138-3900 - Fax (31) 2138-3920
Web.: www.otempo.com.br
e-mail: comercial@otempo.com.br

Redação e Industrial
Avenida Babita Camargos, 1.645
Cidade Industrial, Contagem - MG
CEP 32.210-180 Fone: (31) 2101-3000

SERVIÇOS EDITORIAIS

The New
York Times

AGÊNCIAS NOTICIAS

France Press,
Agência Globo,
Folhapress e
Agência Estado

ATENDIMENTO AO ASSINANTE:

0800-703-4001
(interior)
(31) 2101-3838
(Capital e Grande BH)

Horário de funcionamento:

Segunda a sexta-feira: 7h às 19h
Sábado, domingo e feriados: 7h às 13h
E-mail: atendimento@otempo.com.br

FILIADO À ANJ

Associação Nacional de Jornais
www.anj.org.br

Instituto Verificador de Comunicação



PREÇO DA ASSINATURA: NORMAL MG

(consulte nossas promoções)

Anual	Semestral	Trimestral
R\$ 492,00	R\$ 246,00	R\$ 123,00
à vista ou:	à vista ou:	à vista
2 x R\$ 246,00	2 x R\$ 123,00	
3 x R\$ 164,00	3 x R\$ 82,00	
4 x R\$ 123,00	4 x R\$ 62,00	
6 x R\$ 82,00		

ESCRITÓRIOS COMERCIAIS

SÃO PAULO / RIO DE JANEIRO / ESPÍRITO SANTO
Fabiano Guerra
Gerente de Mercado Nacional
e-mail: fabiano.guerra@otempo.com.br

BRASÍLIA

Bueno Comunicação - SRTVS - Quadra 701 - Bloco O
- Conj. 896 - Edifício Centro Multiempresarial - Asa Sul - Brasília - DF - CEP 70.340-000
Fone/fax: (61) 3223-6999 - (61) 8179-7215
E-mail: daniela.bueno@buenocomunicacao.com.br
fbueno@buenocomunicacaodf.com.br